

Centrão quer proibir desapropriação

Da Sucursal de Brasília

Representantes da liderança do PMDB e do Centrão voltam a se reunir amanhã, a partir das 10h, para negociar o ponto mais polêmico do capítulo da reforma agrária: o tratamento da propriedade produtiva. O Centrão quer proibir a desapropriação, incluindo no texto um dispositivo específico com este objetivo. A esquerda, por sua vez, considera que a propriedade já está devidamente protegida, desde que

cumpra os requisitos da função social.

Até a noite de sexta-feira, os negociadores avançaram na eliminação de divergências sobre a função social. O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), que representa as entidades de trabalhadores rurais, disse ontem que o PMDB aceitará o termo "adequadamente aproveitada" como um dos critérios (a esquerda defendia "racionalmente aproveitada"). A questão da propriedade produtiva ficou para ama-

nhã. O deputado Vicente Bogo é o principal negociador do PMDB. O Centrão está sendo representado nos entendimentos pelo deputado Alyson Paulinelli (PFL-MG). A reforma agrária deve começar a ser votada na terça-feira.

Acordo

Mesmo que haja acordo sobre os principais pontos do capítulo, o plenário deverá decidir outras questões polêmicas no voto em plenário. Um exemplo é a proposta do depu-

tado Fernando Santana (PCB-BA), determinando que a lei fixará o limite máximo de área para propriedades rurais. O texto da Comissão de Sistematização e a emenda do Centrão omitem esta limitação, mas o tema certamente voltará a plenário com a proposta de Santana. O debate deverá se intensificar pelo fato do programa do PMDB defender como área máxima da propriedade rural 300 módulos, definidos de acordo com as características regionais.

Como o tema foi tratado em 3 países ocidentais

França — O problema da terra foi resolvido no país com a revolução democrático-burguesa de 1789, que dividiu as grandes propriedades rurais em pequenas propriedades exploradas por famílias de camponeses. Não há atualmente latifúndios improdutivos na França.

Itália — A Constituição prevê "obrigações e vínculos à propriedade rural privada; fixa limites à sua extensão, de acordo com as regiões e zonas agrárias; promove e impõe o saneamento das terras, a transformação do latifúndio e a reconstituição das unidades produtivas; ajuda a pequena e média propriedade". Na prática, houve uma reforma agrária logo após a 2ª Guerra Mundial que, se não resolveu, atenuou radicalmente a questão da terra no país.

Estados Unidos — Não há uma questão agrária no país. Durante o processo de colonização realizado no século passado, as terras eram reconhecidas como propriedade pelo governo (através do "Homestead Act", assinado após a Guerra da Secessão, 1861-65) desde que fossem ocupadas, habitadas e mantidas em regime de produtividade pelo colono, o que beneficiou dezenas de milhares de famílias. O governo (National Park Service) tem atualmente grandes extensões de terra, que podem ser arrendadas mediante condições previamente estabelecidas.